



Percepção de riscos



Percepção de riscos

A comunicação de risco não existe no vazio, descontextualizada da realidade social em que o desastre ou a emergência em saúde pública ocorreu. Assim, além da contextualização da realidade e do momento em que os eventos estão ocorrendo, é fundamental compreender alguns fatores que influenciam a percepção de risco das populações expostas. Isso exige uma comunicação que amplie o diálogo e reduza as incompreensões.

Os estudos desenvolvidos por Fischhoff *et al.* (1978) desde o fim dos anos 1970 destacam os fatores que, em situações de desastres e emergências em saúde, podem influenciar a percepção de riscos:

- Estar exposto aos riscos de modo voluntário ou não: pessoas expostas a riscos que não escolheram estar expostas (como os desastres, de um modo geral, e os provocados por empresas, de modo particular) tendem a percebê-lo como maiores ou mais intensos.

Por exemplo: há quem resida em áreas de risco mesmo estando consciente dos perigos do lugar, mas escolhem permanecer ali por valorizarem outros benefícios do local. É o caso dos moradores que vivem em condomínios de alto padrão no bairro de São Conrado, na cidade do Rio de Janeiro, que sabem dos riscos de deslizamentos aos quais estão expostos, mas voluntariamente escolheram morar ali. Em contrapartida, há aqueles que moram na localidade por não terem escolha (como os habitantes das comunidades da Rocinha e do Vidigal), devido a fatores socioeconômicos (moradores das comunidades da Rocinha e Vidigal).

- Riscos que produzem sinais, sintomas e efeitos imediatos sobre a saúde são percebidos como maiores ou mais intensos do que os que produzem efeitos crônicos.
- Riscos resultantes de novas tecnologias, agentes e efeitos (Zika e microcefalia, por exemplo), assim como os que envolvem consequências severas em termos do tipo de doença e quantidade de pessoas afetadas.
- Quanto mais conhecimentos as pessoas detêm acerca dos riscos (por meio das experiências ou da ciência), maior sua percepção sobre os riscos.

- Quanto maior o controle das pessoas sobre as situações ou eventos de riscos, maior a tendência de considerá-los de menor importância, quando comparado com outros.

Douglas e Wildavsky (1981), no início dos anos 1980, combinando estudos antropológicos com os da ciência política, chamaram atenção para outros fatores, como:

- Cada sociedade determina os riscos que considera importantes e define meios para controlá-los, enquanto negligencia outros riscos.
- Quanto maior o sentimento de injustiça, mais acentuada será a percepção de riscos (também apontado por Fischhoff *et al.* (1978)).
- A percepção de risco é influenciada pelas crenças das sociedades acerca dos valores, instituições sociais, natureza, justiça e moral, sendo esses determinantes na superestimação ou subestimação de determinados riscos.
- A percepção de risco é influenciada pela escolha de modos de vida e pelas formas de organização social que predispõem as pessoas a selecionarem determinados riscos em detrimento de outros.

Wynne (1987), no fim dos anos 1980, tornou-se um dos principais autores de uma abordagem baseada em uma sociologia crítica, chamando atenção para os seguintes processos que também conformavam a percepção e as respostas públicas sobre os riscos:

- A dinâmica dos interesses sociais, políticos e econômicos dos diferentes grupos envolvidos.
- A legitimidade e a credibilidade das diferentes instituições envolvidas.
- As características do processo político de escolhas de tecnologias e de tomadas de decisões acerca dos riscos.
- O momento histórico no qual os eventos ou situações de riscos ocorrem, pois a percepção não tem relação direta com a magnitude dos eventos e situações de riscos.
- As preocupações econômicas dos atores sociais envolvidos.
- A ausência ou a presença de evidências físicas das situações ou eventos de riscos.
- A idade, o sexo, a religião, as filiações a grupos sociais e os laços sociais dos diferentes grupos envolvidos.
- A ameaça ou não ao bem-estar das gerações futuras, como os casos envolvendo malformações congênitas ou de impactos na saúde das crianças.

De Marchi e Ravetz (1999), no fim dos anos 1990, também a partir de uma sociologia crítica, trazem outros processos que são fundamentais para uma boa relação entre percepção de riscos e comunicação de risco:

- O conhecimento compartilhado que pode produzir um diálogo comum e uma perspectiva mais ampliada sobre os riscos e as estratégias de comunicação.
- O reconhecimento e a apreciação dos diferentes tipos de conhecimentos que as diferentes disciplinas e instituições podem trazer para um diálogo comum, bem como saberes das próprias comunidades expostas e atingidas pelas situações e eventos de riscos.
- O reconhecimento dos diferentes recursos (materiais, humanos etc.), institucionais ou não, que se relacionam à presença/ausência de diálogo e trabalho em redes com outras organizações governamentais e não governamentais, assim como disciplinas científicas.
- O conhecimento compartilhado e o reconhecimento de recursos como formas de garantir coerência do diagnóstico dos casos e propostas de soluções. Por exemplo, medidas de controle e prevenção oriundas das diferentes instituições podem ser mutuamente contraditórias ou inaplicáveis em certos contextos socioambientais, principalmente se não envolveram formas de compartilhamento dos conhecimentos e de reconhecimento dos diferentes recursos.
- A confiança, elemento central para uma comunicação de risco que seja efetiva no sentido de lidar com as diferentes percepções, é condição *sine qua non* para qualquer parceria efetiva e bem-sucedida entre diferentes instituições e abordagens envolvidas nos casos. É fundamental para uma comunicação de riscos como processo de diálogo.

Referências

DE MARCHI, B.; RAVETZ, J. Risk management and governance: a post-normal science approach. *Futures*, [s. l.], v. 31, n. 7, p. 743-757, 1999.

DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. *Risk and culture: an essay on selection of technological and environmental dangers*. Berkeley: University of California Press, 1981.

FISCHHOFF, B. et al. How safe is safe enough? A psychometric study of attitudes towards technological risks and benefits. *Policy Sciences*, Dordrecht, v. 9, p. 127–152, 1978.

WYNNE, B. *Risk management and hazardous waste: implementation and the dialectics of credibility*. Heidelberg: Springer-Verlag, 1987.